



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

# PANORAMA CONJUNTURAL

Junho de 2024  
em Julho de 2024

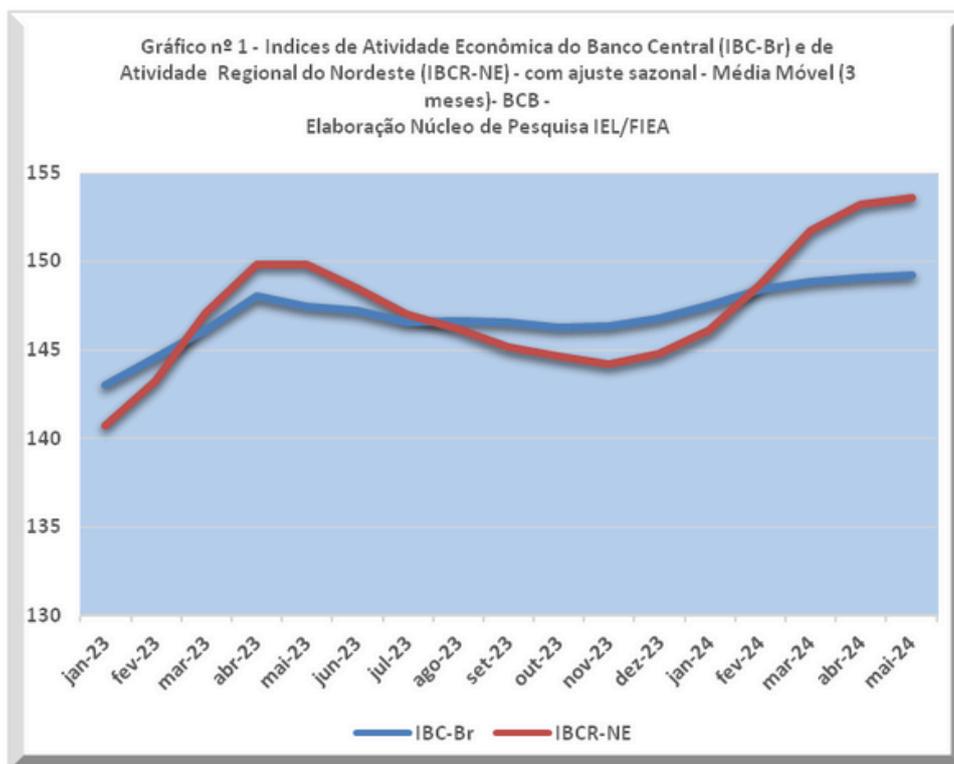
## Economia nordestina cresce acima da brasileira

No primeiro semestre de 2024, a economia brasileira superou as expectativas de crescimento do mercado financeiro. Dados do Banco Central (IBC-Br e IBCR-NE) indicam que o PIB do Nordeste acompanhou essa tendência, com o IBCR-NE consistentemente acima do IBC-Br nos cinco primeiros meses de 2024 (gráfico nº 1), refletindo um desempenho destacado da região. Fatores como o aumento do salário mínimo real, crescimento dos benefícios do Bolsa Família e do BPC, e maior acesso ao crédito fortaleceram o poder de compra da população nordestina, impulsionando a demanda e dinamizando a indústria local.

A introdução do Programa Auxílio Brasil no final de 2021 e seu relançamento em março de 2023, com benefícios aumentados para um mínimo de R\$600, tiveram impactos significativos na melhoria dos indicadores de pobreza e extrema pobreza no Nordeste. Entre 2021 e 2023, estimativas da FGV/IBRE revelaram uma redução de quase 18 milhões de pessoas em situação de pobreza no Brasil, representando uma queda de cerca de 23% em dois anos. No Nordeste, essa recuperação foi ainda mais notável. Em 2023, o número de pessoas em situação de pobreza na região caiu para aproximadamente 27,5 milhões, indicando que cerca de 5,4 milhões de pessoas saíram da pobreza desde 2021. Além disso, o número de pessoas em extrema pobreza na região diminuiu 48,1%, ou aproximadamente 4,9 milhões de pessoas. Esses programas contribuíram para uma substancial melhoria nas condições de vida de milhões de nordestinos, sendo decisivos para a mitigação da pobreza no cenário pós-pandemia.

O setor de transformação industrial, segundo o Banco do Nordeste, destacou-se com avanços significativos em 10 das 14 atividades pesquisadas. Setores como derivados do petróleo (2,3%), veículos automotores (6,3%) e alimentos (2,2%) junto com a construção civil foram os principais motores desse crescimento, atribuídos à recuperação da demanda pós-pandemia, incentivos governamentais e investimentos em infraestrutura.

Ainda de acordo com o ETENE/BNB[1], o crescimento da carteira de crédito no Nordeste, registrado em 10,6%, acima do crescimento nacional de 9,2%, reflete uma confiança crescente nas economias locais e maior disponibilidade de recursos financeiros. As operações de crédito para empresas cresceram 12,6%, enquanto para famílias o aumento foi de 9,8%, impulsionando atividades empresariais e consumo familiar.



O setor de serviços também contribuiu para a geração de empregos e expansão econômica. Este setor liderou na criação de novas vagas, especialmente em atividades administrativas, educação, saúde humana e serviços sociais, enquanto a construção civil gerou novos empregos, destacando-se na construção de edifícios e obras de infraestrutura.

A corrente de comércio exterior do Nordeste teve um papel fundamental no crescimento regional. Apesar da queda nas exportações de 5,7%, o aumento de 1,1% nas importações refletiu uma demanda interna robusta. A diversificação das exportações e importações, bem como a resiliência dos setores industrial e agrícola, contribuíram para a manutenção do dinamismo econômico da região.

Em síntese, a combinação de políticas econômicas eficazes estimulou tanto a oferta quanto a demanda de crédito, fortalecendo a confiança dos consumidores e investidores, resultando em um ciclo virtuoso de crescimento econômico da região Nordeste do Brasil. No entanto, do ponto de vista macroeconômico, a manutenção da taxa Selic em 10,75% ao ano, que se traduz em uma taxa real básica de juros de 6,5% ao ano, eleva o custo do capital para as empresas industriais, aumentando o serviço da dívida pública e reduzindo o espaço fiscal para investimentos públicos essenciais para alavancar a infraestrutura física, social e tecnológica da região. Essa política monetária pode comprometer a retomada da indústria regional.

## Inflação dentro da meta

A inflação no Brasil, medida pelo IPCA, tem se mantido dentro do intervalo da meta de 3% (+/- 1,5%). Indicadores confirmam o controle da inflação, como a inflação acumulada nos últimos doze meses de 4,22% em junho, os núcleos de inflação abaixo de 4% em maio, e a mediana das expectativas de inflação para os próximos doze meses em 3,7% ao ano. As estimativas da pesquisa FOCUS para o IPCA em 2024, 2025 e 2026 são de 4% ao ano, 3,9% ao ano e 3,6% ao ano, respectivamente. Embora acima do centro da meta, esses valores estão dentro do intervalo de tolerância. Esses dados indicam que não há risco de inflação fora da meta no curto e médio prazos, reforçando a decisão conservadora do COPOM de manter a Selic em 10,5% ao ano.

Se a Selic continuasse em queda até 9% ao ano no final de 2024, com uma taxa estimada de crescimento do PIB de 2,5% ao ano, a economia de juros seria de aproximadamente R\$ 134 bilhões, ou 46% do déficit primário atual de R\$ 280,2 bilhões. Se o governo conseguir baixar o déficit primário para 0,5% do PIB no final do ano, conforme o novo arcabouço fiscal, o déficit seria de R\$ 55,6 bilhões, ou 41,8% da economia com juros.

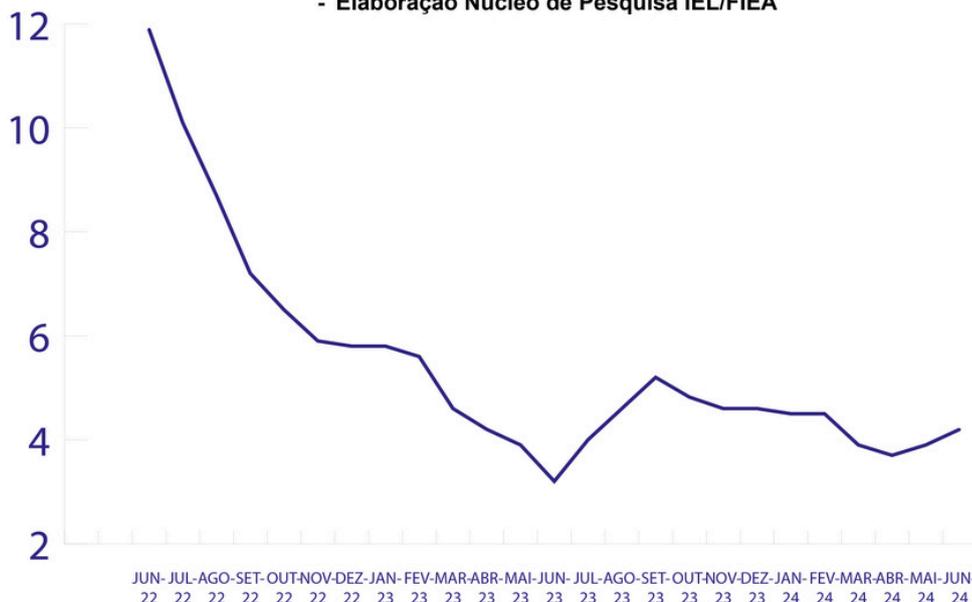
Analisando a variação do estoque da dívida pública sobre o PIB em 2025, consideramos dois cenários hipotéticos com déficit primário zero, meta do Ministério da Fazenda. No primeiro, assumimos uma taxa de crescimento real do PIB de 2,5% e uma taxa real de juros de 6,5% no ano. No segundo, mantemos a taxa de crescimento do PIB de 2,5%, mas reduzimos a taxa real de juros para 5,5%. Essas hipóteses permitem avaliar o impacto da taxa de juros na relação dívida/PIB na ausência de déficit primário, isolando o efeito dos custos de financiamento.

A análise dos cenários mostra que a redução da taxa de juros real impacta substancialmente a relação dívida/PIB. Quando a taxa de juros é reduzida de 6,5% para 5,5%, a variação da dívida em relação ao PIB diminui de 4% para 3%, destacando a importância de políticas monetárias que reduzam os custos de financiamento da dívida pública, aliviando a pressão sobre o orçamento governamental e facilitando a gestão fiscal sustentável.

A manutenção desnecessária da Selic em 10,5% ao ano, uma vez que a inflação está controlada, compromete o espaço fiscal disponível para investimentos públicos essenciais em infraestrutura física, social e tecnológica, fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a competitividade futura do país.

Gráfico nº 4 - IPCA (acumulado 12 meses) - jun/22 a jun/24 - IBGE

- Elaboração Núcleo de Pesquisa IEL/FIEA



## A produção industrial brasileira em maio de 2024

Os dados do IBGE mostraram que, em maio de 2024, a produção industrial brasileira caiu pelo segundo mês consecutivo, registrando uma variação de -0,9% em relação a abril de 2024, ajustada sazonalmente, e -1,0% em comparação a maio de 2023. A queda foi influenciada por desastres climáticos no Rio Grande do Sul, a interrupção na redução da taxa Selic, e maior aversão ao risco nos mercados financeiros, resultando na desvalorização cambial e aumento dos custos de produção. Todos os macrossetores e a maioria dos ramos industriais apresentaram desempenho negativo, especialmente os setores de bens de consumo duráveis e bens de capital, que são mais sensíveis às condições de crédito. O ambiente político instável também afetou negativamente as expectativas empresariais e a regulamentação da reforma tributária.[1]

Segundo dados da CNI, a utilização da capacidade instalada na indústria de transformação apresentou uma queda, passando de 79,1% em abril de 2024 para 78,7% em maio de 2024, conforme a série ajustada sazonalmente. Em comparação com maio de 2023, esse indicador mostrou-se estável, com uma variação de apenas -0,1 p.p.

### Variações da Produção Industrial % - Mai/24

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,9	-1,0	2,5	1,3
Bens de Capital	-2,7	3,1	4,1	-6,8
Bens Intermediários	-0,8	-2,2	2,0	1,6
Bens de Consumo	-1,3	0,7	3,7	2,3
Bens de Consumo Duráveis	-5,7	-10,6	2,8	-0,5
Semiduráveis e Não Duráveis	-0,1	2,6	3,8	2,8
Extrativa Mineral	2,6	-0,2	2,3	6,1
Transformação	-2,2	-1,2	2,6	0,5

Fonte: IBGE

# A produção industrial brasileira em abril de 2024

Na passagem de março para abril de 2024, a produção física da indústria brasileira teve uma leve contração de -0,5%, ajustada sazonalmente, atribuída principalmente ao declínio no setor extrativo, que registrou uma queda significativa de -3,4%, influenciada pela extração de ferro e petróleo, segundo dados do IBGE. Apesar deste resultado negativo recente, os avanços observados nos primeiros meses do ano não foram revertidos. Por outro lado, a indústria de transformação continua sua expansão desde dezembro de 2023, crescendo +0,3% em abril de 2024 com ajuste sazonal, acompanhada por 18 dos 24 ramos identificados, o que representa uma parcela majoritária de 75%. Embora o desastre ambiental no Rio Grande do Sul esteja previsto para impactar negativamente o desempenho industrial a curto prazo, os indicadores mencionados denotam um quadro industrial mais dinâmico neste trimestre, impulsionado pelas reduções nas taxas de juros básicas, que têm facilitado a expansão dos ramos de bens duráveis para consumo e investimento, anteriormente restritivos ao crescimento industrial geral.[1]

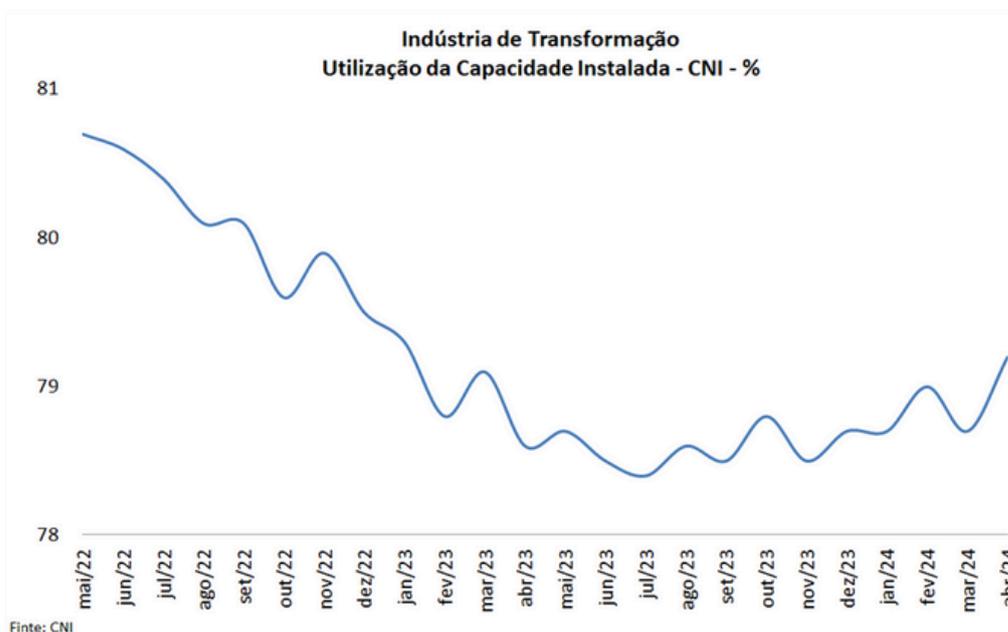
[1] [IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial](#)

## Variações da Produção Industrial %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,5	8,4	3,5	1,5
Bens de Capital	3,5	25,5	4,7	-7,8
Bens Intermediários	-1,2	4,6	3,2	2,1
Bens de Consumo	0,2	13,5	4,5	2,5
Bens de Consumo Duráveis	5,6	25,8	6,7	1,4
Semiduráveis e Não Duráveis	0,1	11,5	4,1	2,6
Extrativa Mineral	-3,4	-1,6	3,0	7,1
Transformação	0,3	10,3	3,6	0,6

Fonte: IBGE

Segundo informações da CNI, a taxa de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação aumentou, passando de 78,7% para 79,2% de março a abril de 2024, ajustado sazonalmente. Isso representa um incremento de 2,5 pontos percentuais em relação ao período pré-pandemia em fevereiro de 2020 (76,7%), porém ainda fica 1,3 ponto percentual abaixo da média histórica de 80,5%.



# Indicadores Conjunturais da Economia Brasileira

Índice de Preço (%)	2023								2024					
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
IGP-DI	-2,33	-1,45	-0,40	0,05	0,45	0,51	0,50	0,64	-0,27	-0,41	-0,30	0,72	0,87	0,50
INCC-DI	0,59	0,71	0,10	0,17	0,34	0,20	0,07	0,31	0,27	0,13	0,28	0,52	0,86	0,71
IGP-M	-1,84	-1,93	-0,72	-0,14	0,37	0,50	0,59	0,74	0,07	-0,52	-0,47	0,31	0,89	0,81
IPC-M	0,48	-0,25	0,11	-0,19	0,27	0,27	0,42	0,14	0,59	0,53	0,29	0,32	0,44	0,46
IPA-M	-2,72	-2,73	-1,05	0,17	0,41	0,60	0,71	0,97	-0,09	-0,90	-0,77	0,29	1,06	0,89
INCC-M	0,40	0,85	0,06	0,24	0,24	0,20	0,10	0,26	0,23	0,20	0,24	0,41	0,59	0,93
IPC-FIPE	0,20	-0,03	-0,14	-0,20	0,29	0,30	0,43	0,38	0,46	0,46	0,26	0,33	0,09	0,26
INPC	0,36	-0,10	-0,09	0,20	0,11	0,12	0,10	0,55	0,57	0,81	0,19	0,37	0,46	0,25
IPCA	0,23	-0,08	0,12	0,23	0,26	0,24	0,28	0,56	0,42	0,83	0,16	0,38	0,46	0,21

	Indicadores de Confiança I		
	Indicadores do Cenário Externo		
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$
MAI/23	3,83	76,10	1 956,51
JUN/23	3,91	82,52	1 905,20
JUL/23	4,24	83,71	1 973,80
AGO/23	4,44	91,51	1 942,29
SET/23	4,84	87,61	1 864,37
OUT/23	4,45	81,17	1 993,55
NOV/23	3,90	79,50	2 038,46
DEZ/23	4,18	80,72	2 050,11
JAN/24	4,32	82,49	2 052,73
FEV/24	4,24	83,83	2 053,83
MAR/24	4,63	87,87	2 293,51
ABR/24	4,50	80,33	2 332,27
MAI/24	4,27	85,36	2 326,51
JUN/24	4,34	81,44	2 329,48

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) / (FED)

Indicadores de Confiança II	
Meses	Risco Brasil
MAI/23	253
JUN/23	233
JUL/23	217
AGO/23	211
SET/23	206
OUT/23	202
NOV/23	200
DEZ/23	195
JAN/24	201
FEV/24	210
MAR/24	207
ABR/24	212
MAI/24	211
JUN/24	229

Fonte: IPEADATA

Meses	Indicadores de Confiança III						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos doze Meses	Taxa de Juros Selie (% a.a)	Taxa Real Esperada Selie (a.a)
MAI/23	5,10	12,45	5,32	6,77	3,94	13,65	9,34
JUN/23	4,82	11,72	4,71	6,69	3,16	13,75	10,27
JUL/23	4,74	11,26	3,94	7,04	3,99	13,15	8,81
AGO/23	4,92	10,98	4,06	6,65	4,61	13,15	8,16
SET/23	5,01	11,06	4,17	6,61	5,19	12,65	7,09
OUT/23	5,06	11,15	4,08	6,79	4,82	12,65	7,47
NOV/23	4,94	10,41	3,93	6,23	4,68	12,15	7,14
DEZ/23	4,84	10,05	3,80	6,02	4,62	11,65	6,72
JAN/24	4,95	9,91	3,70	5,99	4,51	11,65	6,83
FEV/24	4,98	9,89	3,45	6,23	4,50	11,15	6,36
MAR/24	5,00	9,85	3,55	6,08	3,93	11,15	6,95
ABR/24	5,17	10,39	3,64	6,51	3,69	10,65	6,71
MAI/24	5,24	10,56	3,63	6,69	3,93	10,40	6,23
JUN/24	5,56	11,18	3,60	7,32	4,23	10,40	5,92

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

# PANORAMA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

## FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

### **Presidente:**

José Carlos Lyra de Andrade

### **1º Vice-presidente**

José da Silva Nogueira Filho

### **Diretor Executivo:**

Walter Luiz Juca Sá

### **Coordenador Unidade Técnica**

Helvio Braga Vilas Boas

## INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL

### **Diretor Regional:**

José Carlos Lyra de Andrade

### **Superintendente:**

Helvio Braga Vilas Boas

### **Coordenadora de Inovação e Pesquisa**

Elíana Maria de Oliveira Sá

## **ELABORAÇÃO:**

### NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA - IEL/AL

#### **Coordenadora**

Elíana Maria de Oliveira Sá

#### **Consultores**

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Luciana Santa Rita

#### **Analistas**

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Ferro Pereira

#### **Estagiários**

Bruno Melo Vasconcelos

Maria Raquel Farias Cezário

Marya Rita Melquiades Pereira

Welde Messias Vieira da Silva

#### **Design/Layout**

Pedro Monteiro de Oliveira

Yasmin Nayara de Araújo Costa



Maio de 2024  
em Junho de 2024